
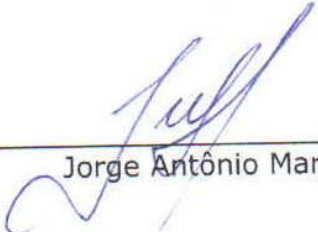
	<p>UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	
---	---	---

DECLARAÇÃO DA ÚLTIMA VERSÃO DO TRABALHO

Declaro, para os devidos fins e necessários efeitos, que orientei o acadêmico **EDUARDO CARDOSO JUST**, no desenvolvimento de sua monografia intitulada **DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PRODUÇÃO DE BANANA NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC**, bem como tenho conhecimento da última versão da monografia, cujas vias serão entregues em 17.10.2016.

Declaro, ainda, que recomendo e aprovo a apresentação e defesa de sua monografia.

Criciúma, 17 de outubro de 2016



 Jorge Antônio Marcelino

EDUARDO CARDOSO JUST

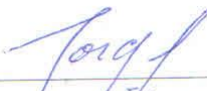
OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PRODUÇÃO DE BANANA NO
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC

Monografia apresentada para a obtenção
do grau de Bacharel em Administração,
no Curso de Administração Linha de
Formação Específica Administração de
Empresas da Universidade do Extremo
Sul Catarinense – UNESC.

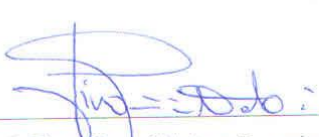
Orientadora: Prof Jorge Antônio Marcelino

Criciúma, 29 de Novembro de 2016.

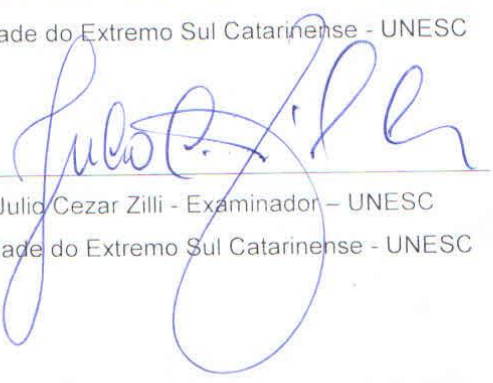
BANCA EXAMINADORA



Prof. Jorge Antonio Marcelino – UNESC – Orientador
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC



Prof. Dino Gorini Neto - Examinador – UNESC
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC



Prof. Julio Cezar Zilli - Examinador – UNESC
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

EDUARDO CARDOSO JUST

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PRODUÇÃO DE BANANA NO MUNICÍPIO
DE JACINTO MACHADO - SC

CRICIÚMA

2016

EDUARDO CARDOSO JUST

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PRODUÇÃO DE BANANA NO MUNICÍPIO
DE JACINTO MACHADO - SC**

Monografia, apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração no Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

CRICIÚMA

2016

EDUARDO CARDOSO JUST

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PRODUÇÃO DE BANANA NO MUNICÍPIO
DE JACINTO MACHADO - SC**

Monografia apresentada para a obtenção do
Grau de Bacharel em Administração da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, de de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Jorge Antônio Marcelino - Orientador
Universidade do Extremo Sul Catarinense - (UNESC)

Prof. – Examinador
Universidade do Extremo Sul Catarinense - (UNESC)

Prof. – Examinador
Universidade do Extremo Sul Catarinense - (UNESC)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Referencial teórico da pesquisa bibliográfica.	29
Quadro 2: Estruturação da coleta de dados na população-alvo.....	30
Figura 1 – Gênero dos bananicultores	33
Figura 2 – Tempo de dedicação à cultura	34
Figura 3 – Banana como principal produto cultivado.....	34
Figura 4 – Classificação do bananicultor.....	35
Figura 5 – Característica da propriedade	35
Figura 6 – Destino da produção da fruta/produção	36
Figura 7 – Principal dificuldade encontrada na atividade	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A AGRICULTURA	12
2.2 RECURSOS DA EMPRESA AGRÍCOLA	13
2.3 ADMINISTRAÇÃO RURAL	15
2.4 ÁREAS DE RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR AGRÍCOLA	17
2.4.1 Produção.....	17
2.4.2 Marketing	18
2.4.3 Finanças.....	19
2.5 AGRICULTURA FAMILIAR	20
2.6 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.....	21
2.7 AGRICULTURA ORGÂNICA.....	24
2.8 BANANICULTURA	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	31
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	33
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A agricultura pode ser considerada como sendo a primeira atividade econômica do homem, que depois de colher para a sua subsistência, passou a comercializar o excedente. Com isso, o setor agrícola (setor primário da economia) foi à base que deu início à sustentação econômica de praticamente todos os povos no mundo, gerando os outros setores, como o comércio, a indústria e os serviços (FIORAVANÇO, 2006).

Com o passar dos tempos, a importância do agronegócio tornou-se inquestionável, sendo este setor em muitas cidades o responsável pela economia local e gerador de expressivos números no PIB – Produto Interno Bruto nacional. Além disso, o setor agrícola é um dos únicos que pouco é afetado pelas crises econômicas, por ser responsável pelo suprimento de uma das necessidades mais básicas do ser humano, a alimentação (ZUIN; QUEIROZ, 2003).

Com solos férteis e extensos, e um clima favorável para agricultura, o Brasil se destaca como sendo um dos maiores produtores e fornecedores de alimentos agrários. No país, há expressividade na produção de milho, soja, feijão, arroz e cana-de-açúcar (HOFFMANN, 2012).

O feijão e o arroz destinam-se principalmente para a demanda interna, enquanto o milho é direcionado para a alimentação das criações animais (pecuária). O algodão é outra produção que tem destaque no mercado interno, sendo superior a 60% em relação à produção norte-americana. A cultura deste produto vem crescendo gradativamente no Brasil, levando o país à terceira posição no *ranking* de exportação. Porém, em termos de comércio internacional, é a soja que detém maior representatividade na Balança Comercial brasileira (MAPA, 2016).

A bananicultura brasileira teve uma grande ascensão graças aos progressos que foram aos poucos obtidos para a melhoria das plantações. Fatores como diversificação do material genético, controle de pragas, disponibilização de mudas de boa qualidade e sadias por parte do Estado aos agricultores, profissionalização das práticas no plantio, manejo e colheita, desenvolvimento de técnicas fitossanitárias, melhorias de técnicas de irrigação e nutrição, além de se promover melhorias no nível empresarial e técnico do bananicultor (LICHTENBERG; LICHTENBERG, 2011).

O Brasil possui um total de aproximadamente 500.000 hectares de

plantação de bananas, com uma produção estimada em 6.972 mil toneladas do produto, fazendo com que o país detenha a quarta posição no *ranking* dos maiores produtores em termos mundiais da fruta. Os Estados que mais se destacam nesta cultura são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Pará e Minas Gerais (MAPA, 2016).

No entanto, apesar da expressividade nos números em relação à bananicultura, alguns desafios são verificados pelo produtor, tais como baixa representatividade na Balança Comercial, ou seja, pouca exportação, pouco desenvolvimento de técnicas associadas à pós-colheita, pouco desenvolvimento de estratégias associadas à logística de transporte e armazenagem, entre outros (LICHTENBERG; LICHTENBERG, 2011).

Estima-se que o Estado de Santa Catarina produza cerca de R\$100 milhões/quilos anuais da fruta, dessa produção, 27% abastece o mercado interno catarinense, para ser consumida *in natura*; 15% da produção seguem para ser industrializados, na forma de balas, doces, bombons, geleias, entre outros produtos, também no próprio Estado; 40% destina-se a outros Estados, e 18% é exportado, principalmente para os países do Mercosul. Ainda no Estado de Santa Catarina, é aproximadamente cinco mil propriedades agrícolas cuja principal fonte de renda é a bananicultura (MAPA, 2016).

No Sul do Estado de Santa Catarina, as maiores áreas de cultivo de banana encontram-se na região de Criciúma e no Vale do Araranguá, onde se localiza o município de Jacinto Machado, este município responde por 2,19% do total da produção estadual da fruta (MAPA, 2016).

Norteados por estas considerações, este trabalho se concentra na área de Administração Rural, buscando avaliar desafios e oportunidades da produção desta fruta no município de Jacinto Machado, SC.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Localizado no extremo sul catarinense, o município de Jacinto Machado tem no setor do agronegócio a base de sua economia. No município, a produção de arroz é a que mais se destaca, mas a produção de bananas é a maior cultura permanente no município, cultura essa que vem sendo explorada desde os tempos da colonização municipal, no início do Século XX (MAPA, 2016). O Produto Interno

Bruto – PIB do município é de R\$111.21 (o 117º do Estado), com a bananicultura sendo responsável por 35% deste montante (SEBRAE, 2010).

Devido à expressividade da bananicultura para o PIB de Jacinto Machado, surgiu o interesse pela realização deste estudo, que busca caracterizar os problemas enfrentados pelos produtores, bem como identificar as vantagens de se atuar com esta cultura.

Frente a este contexto, surge a seguinte questão: **Quais os desafios e oportunidades da produção de banana no município de Jacinto Machado, SC?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar os desafios e oportunidades da produção de banana no município de Jacinto Machado, SC.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Verificar o perfil dos bananicultores do município;
- b) Identificar o destino da produção da fruta;
- d) Analisar se há concomitância do cultivo de banana com outros produtos agrícolas;
- d) Evidenciar os principais problemas encontrados na cultura;
- e) Sugerir ações para aprimorar o cultivo desta cultura, bem como para minimizar os desafios encontrados.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo pretende identificar os desafios e oportunidades da produção de banana no município de Jacinto Machado, SC. Trata-se de um local em que a cultura deste produto é bastante acentuada, sendo fonte de emprego e renda para muitos agricultores, inclusive com muitos sendo monocultores, ou seja, dedicando exclusivamente ao cultivo da fruta.

Com isso, espera-se contribuir para que o estudo venha a ser útil para o

acadêmico, para os agricultores e para a universidade. Para o acadêmico, pois irá fornecer oportunidade de aprofundamento sobre Administração Rural, agronegócio e bananicultura em especial. Para os agricultores, o trabalho pode ser uma fonte de estudo sobre suas práticas e realidades vivenciadas no campo, favorecendo a divulgação dos problemas e dificuldades, bem como as oportunidades encontradas no cultivo deste produto. Para a universidade, pois o estudo vem a aumentar o acervo sobre os temas a serem enfocados.

A oportunidade para o estudo revela-se pelo fato de que a bananicultura é uma prática agrícola expressiva no município, na região, no Estado e no país, quando então pesquisas sobre o tema ampliam o entendimento sobre a importância deste produto, bem como dos fatores associados desde a produção à pós-colheita.

Por fim, o estudo é viável, pois o acadêmico atua com esta cultura agrícola no município, sendo profundo conhecedor de todas as etapas que envolvem sua logística de produção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentados os fundamentos teóricos do estudo, onde se destaca aspectos sobre a agricultura, administração rural, entre outros temas relativos da pesquisa.

2.1 A AGRICULTURA

A agricultura é definida como a arte de cultivar a terra e vem das palavras latinas *agro* (campo) e *cultura*. É uma atividade que lida com produção de trabalhar o solo, desenvolvimento e coleção de culturas, a exploração de florestas (silvicultura), criação e desenvolvimento da pecuária (HOFFMANN, 2012).

É uma das principais atividades dos países, o recurso mais importante que tem o homem para a sua subsistência. Uma parte dos produtos agrícolas é consumida diretamente e outra é fornecida à indústria para beneficiamento de materiais para fabricação de alimentos, têxteis, químicos, entre diversos outros (RUSCH; THEIS, 2015).

A agricultura é o ato de lavrar ou cultivar o solo e inclui todo o trabalho relacionado com o tratamento de vegetais de solo e plantio. As atividades agrícolas são geralmente destinadas à produção de alimentos para obter legumes, frutas, vegetais e cereais. Envolve a transformação do ambiente para satisfazer as necessidades do homem. Esta capacidade é o que distingue os humanos de outros seres vivos (FEIJÓ, 2011).

A atividade agrícola começou a ser praticada no Oriente Médio a partir da Revolução Neolítica (cerca de 7000 A.C.), juntamente com a criação de gado. A agricultura teve um papel transcendental no desenvolvimento das sociedades humanas, para criar condições favoráveis para a passagem do nomadismo para o sedentarismo, com o qual se deu início ao processo de civilização. Trigo e cevada teriam sido as primeiras plantas cultivadas (HOFFMANN, 2012).

Acredita-se que as pessoas começaram a desenvolver a agricultura devido a certas mudanças climáticas que transformaram a temperatura mais quente e trouxe escassez de caça e coleta de alimentos em determinadas regiões (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

Por vários milênios, a agricultura foi a principal atividade econômica

global. Porém, nos últimos séculos, principalmente em sociedades industrializadas, tem-se verificado uma redução no número de indivíduos que estão envolvidos na agricultura, o que é explicado pelo fenômeno da migração para as cidades. Apesar disso, os avanços tecnológicos permitem mais produção de bens agrícolas com menos pessoas que trabalham na área (FEIJÓ, 2011).

Atualmente, os trabalhadores agrícolas fazem uso da tecnologia e da engenharia genética para melhorar a produtividade e colheita do solo. Mesmo a ciência tem feito as sementes mais resistentes a pragas e adaptadas a diferentes climas e solos (HOFFMANN, 2012).

No Brasil, a área agrícola é estimada em 264 milhões de hectares. No entanto, hoje três quartos deste território são ocupados por pastagens permanentes e apenas um quarto é de terra arável. Contudo, a produção agrícola é uma prioridade no Brasil, possuindo uma importância indiscutível na economia nacional (RUSCH; THEIS, 2015).

O desenvolvimento da agricultura no Brasil é tão eficiente que, nos últimos quatro anos, o país aumentou a área agrícola de 162 para 190 milhões de toneladas. A adoção de sementes transgênicas tem sido um fator importante para esse crescimento. Estima-se que 93% dos grãos de soja, 82% de milho e 66% de algodão cultivado no campo sejam sementes geneticamente modificadas. A maioria dessas produções é exportada para os mercados da China, a Rússia, Irã e Estados Unidos (RUSCH; THEIS, 2015).

Dentro deste contexto, a produção agrícola em qualquer país envolve uma série de fatores, que incluem: solo, clima, de capital (dinheiro de investimento) e propriedade da terra, conforme se destaca a seguir.

2.2 RECURSOS DA EMPRESA AGRÍCOLA

As empresas agrícolas são aquelas que produzem produtos rurais e gado em grandes quantidades ou não. Elas são as organizações que fornecem matérias-primas para outras indústrias, como a pesca, a agricultura, a exploração de florestas, entre outros, como por exemplo, aves, granjas de suínos, estufas, fazendas de produção agrícola, criação intensiva de gado, entre outras (HOFFMANN, 2012).

O processo gestão da empresa agrícola requer a identificação dos recursos e das suas características, a fim de analisar a sua contribuição para o

processo de produção. Isso envolve processo de produção. Isso envolve a tomada de decisões, como por exemplo, sobre os recursos a serem utilizados e como esses podem ser combinados para obter os objetivos que o administrador propôs-se em um determinado período (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

Os recursos da empresa ou propriedade rural têm duas características: eles são escassos e têm usos alternativos, além disso, estão envolvidos no processo de produção em diferentes proporções para se obter uma dada quantidade de produção, mas nunca de forma isolada. A qualidade e quantidade dos recursos, a técnica utilizada, a capacidade de alcançar a melhor combinação possível é determinante da qualidade e quantidade do produto agrícola a ser obtido. Embora, na prática, os recursos são combinados e inter-relacionados e caracterizam diferentes áreas agrícolas, por razões didáticas são classificados em três grupos: recursos naturais, recursos humanos e recursos do capital (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

Os recursos naturais são fornecidos pela natureza; têm grande influência sobre a escolha das áreas de produção. Terra, água e clima são os três tipos de recursos naturais mais reconhecidos (BASTOS et al, 2015).

A terra é uma das variáveis mais responsáveis pela qualidade para fins agrícolas devido à sua natureza, topografia, fertilidade, permeabilidade, profundidade e grau de erosão. Com esta variação pode-se usar este recurso terra para diferentes culturas. Qualquer alteração na fertilidade, profundidade, permeabilidade ou erosão determina um uso agrícola diferente. Todas estas variações afetam o desempenho e envolvem certas práticas de gestão (KRUGER et al, 2014).

Além disso, a posse significa um meio de poupança e investimento: proprietários de terras esperam receber remuneração maior ou igual ao recebido se tivessem investidos em outros tipos de imóveis ou atividade (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

A água é outro recurso cujas condições o administrador necessita conhecer, seja pelas necessidades específicas desse recurso em diferentes culturas e, também, pela disponibilidade em diferentes épocas do ano (HOFFMANN, 2012).

Na verdade, diferentes culturas têm momentos muito específicos em termos de plantio e colheita. Esses tempos são marcados por certas necessidades de água e temperatura para o desenvolvimento normal de plantas e animais

(KRUGER et al, 2014).

Os recursos humanos são também importantes recursos na propriedade ou empresa rural. Porém, não são somente os trabalhadores das plantações, mas se incluem também especialistas como o engenheiro agrônomo, o veterinário, engenheiro em gestão agrícola, entre outros (BASTOS et al, 2015).

Finalmente, o capital é o conjunto de bens produzidos pelo homem e que ajudam no processo de produção. O capital agrícola é composto por máquinas, equipamentos, edifícios, instalações, gado e plantações. Em termos gerais, pode considerar-se como uma representação monetária das entradas físicas usadas na agricultura (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

O estudo de como os produtores utilizam os recursos (terra, trabalho e capital), como alterações previstas para a utilização dos recursos e como eles podem melhorar esse uso, pertence ao domínio da administração agrícola ou rural (FEIJÓ, 2011).

2.3 ADMINISTRAÇÃO RURAL

Não seria suficiente dizer que sem uma boa gestão, nenhuma organização terá sucesso; portanto, podem-se citar alguns fatos para mencionar a sua importância: a administração não só nasce com a humanidade, mas estende-se simultaneamente a todas as áreas geográficas e seu caráter é universal, encontrando-se presente em todos os lugares, não só porque ocorre em países capitalistas, mas também em países socialistas ou de qualquer tipo. Além disso, a administração é importante, tanto para pequenas como grandes empresas. E no campo do esforço humano, há sempre um lado administrativo de todo o esforço planejado (CHIAVENATO, 2003).

Com isso, pode-se entender que a administração se aplica a todos os tipos de empresas. Onde há um organismo social, a administração estará presente. Na verdade, o sucesso de uma organização depende diretamente da qualidade de sua administração (MAXIMIANO, 2014).

Uma empresa pode ter boas instalações, o melhor equipamento, a melhor localização, mas se esses recursos não são acompanhados pelo elemento humano necessário para dirigir as atividades, metas organizacionais não terão êxito. A gestão adequada aumenta a produtividade. A eficiência técnica administrativa

promove e orienta o desenvolvimento de negócios. A administração coordena e aperfeiçoa todos os recursos para atingir seus objetivos com a máxima eficiência. Em conclusão, pode-se dizer que a administração é importante porque se aplica a qualquer organização que deseje aumentar sua produtividade e sucesso, de acordo com o elemento e material humano (MAXIMIANO, 2014).

Além disso, a administração é considerada como uma ciência e uma arte. É uma ciência, porque é o conjunto sistemático de conhecimentos e técnicas que são usadas para um fim específico, e é uma arte, pois é uma habilidade sistemática prática de se aplicar os conhecimentos a certas circunstâncias (OLIVEIRA, 2012).

Neste sentido, a administração pode ser definida como um processo de tomada de decisão. A administração rural visa organizar e gerir empresas e propriedades cuja atividade principal é a produção agrícola e, portanto, desenvolvidas em ambientes rurais. Assim, o administrador rural será responsável por gerir adequadamente essas entidades e ou avaliá-las de acordo com um conjunto de princípios econômicos e produtivos específicos (BORGES; GUEDES; CASTRO, 2015).

A administração agrícola abrange o exame e avaliação das consequências econômicas de planos de ação alternativos (incluindo falta deles) para usar como um guia para as decisões a serem tomadas pelos produtores individuais e para a empresa que opera neste setor (KRUGER et al, 2014).

Os objetivos da administração agrícola podem ser agrupados em duas áreas, conforme Hoffmann (2012), resumidos nas alíneas a seguir:

- Orientar os responsáveis pela empresa individual no melhor uso de seus recursos, de forma que seja consistente com os seus valores e objetivos da sociedade. Com isso, fornece elementos da teoria de gestão para melhorar a administração da propriedade como uma unidade de produção.
- Contribuir para determinar para a empresa e para os produtores as adaptações da oferta e a utilização de recursos devido a mudanças nas variáveis macroeconômicas. Ela também fornece elementos para avaliar os efeitos das mudanças institucionais e técnicas na produção e utilização de recursos.

O administrador rural é capaz de detectar e fornecer soluções para os problemas que surgem dentro de uma empresa agrícola e para a melhoria dos

serviços básicos da mesma. Também pode planejar a produção, os sistemas administrativos e organizacionais, e estudar as aplicações financeiras e os custos relativos a uma empresa ou propriedade rural. Em termos gerais, a administração rural pretende que as empresas agrícolas sejam rentáveis e eficientes na sua produção (BASTOS et al, 2015).

A gestão agrícola inclui três funções básicas: planejamento, execução e controle. O planejamento é pensar uma situação futura desejada e projetar o caminho para alcançá-la; a execução, o controle e o desenvolvimento da aplicação, de modo a assegurar que os objetivos estabelecidos na fase de planejamento sejam alcançados (BREITENBACH, 2014).

A empresa agrícola, na qual se incluem as propriedades, é a unidade básica de trabalho para o administrador dessa área. A empresa agrícola pode ser considerada como um complexo de entradas do sistema. Composto por atividades (processo) e os produtos. Uma empresa agrícola recebe um grande número de entradas, alguns dos quais são controláveis pelo administrador, mas outros estão além de seu controle. Exemplos de entradas controláveis são máquinas e equipamentos. Já as entradas não controláveis são as chuvas e outras variações climáticas, a poluição do ar, os preços e mudanças institucionais. As entradas não controláveis são muitas vezes incertas e muito imprevisíveis. Elas são geradas pelo ambiente externo (HOFFMANN, 2012).

2.4 ÁREAS DE RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR AGRÍCOLA

Para desenvolver adequadamente o planejamento, a organização, execução e a função de controle na empresa, o administrador rural deve ter uma experiência analítica e acesso a dados relativos às áreas de produção, marketing e finanças (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

2.4.1 Produção

A área mais óbvia de responsabilidade do administrador de empresas ou propriedades agrícolas está relacionada com o processo de produção. Os planos são concebidos e implementados para cada cultura ou pecuária. Isso significa que deve haver seleção e combinação de materiais para cada produto. Decisões de

negócios específicos, tais como a determinação das quantidades de inseticidas, herbicidas, fertilizantes, silagem, ração, mudas, área a ser plantada, a seleção do tipo e tamanho do trator necessário para preparar o cultivo do solo e da planta em tempo hábil, a decisão de ter o gado em confinamento são decisões do administrador (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

O administrador da empresa ou propriedades agrícolas usa informações sobre a eficiência da produção, relações de entrada-saída e outras relações de ciências biológicas. A ciência do solo, por exemplo, fornece informações sobre a resposta da cultura a diferentes aplicações de fertilizantes e da eficácia das diferentes alternativas para controle de plantas daninhas com herbicidas. Agrônomos podem sugerir qual a variedade é a melhor para determinado tipo particular de solo. Especialistas em produção animal podem fornecer informações detalhadas sobre o impacto de uma ração sobre o teor de gordura do leite, ou ganho de peso que resultam de diferentes rações alimentares (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

Para determinar a rentabilidade da alternativa de produção de dados físicos devem ser combinados com informações de custos e preços, bem como dados sobre a disponibilidade de terra, trabalho e recursos de capital. O administrador rural precisa combinar as informações fornecidas pelas ciências físicas e biológicas, com informações sobre preços para tomar a produção de decisão mais rentável para a empresa (RUSCH; THEIS, 2015).

2.4.2 Marketing

A necessidade de dados sobre preços e custos, a fim de tomar decisões administrativas mais racionais, enfatiza a necessidade de experiência e conhecimento no que diz respeito ao segundo domínio da gestão agrícola, à comercialização. Para maximizar a receita ou até mesmo para sobreviver, muitos agricultores não só produzem culturas ou criam gado ou outros de forma eficiente, mas devem comprar insumos e vender os seus produtos a um preço que lhes dá um lucro (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

Esses são componentes essenciais para uma gestão agrícola ter sucesso (KRUGER et al, 2014).

As decisões básicas sobre esquemas ou período de produção e vendas

requerem a projeção de preços futuros. As decisões sobre esquemas de produção exigem que o produtor se familiarize com as informações sobre os movimentos sazonais e conjunturais, e tendências de preços (BASTOS et al, 2015).

O administrador rural deve estar ciente da relação de oferta e demanda para determinados produtos, o impacto da renda do consumidor e da disponibilidade de substituto sobre os preços, tal como a resposta esperada por parte de outros produtores a preços correntes. A capacidade de gerenciar e analisar a expectativa de dados sobre os preços é uma das funções básicas de marketing para ser executado pelo administrador da empresa ou da propriedade agrícola (HOFFMANN, 2012).

Existem inúmeras outras decisões que exigem conhecimento de marketing na administração rural. Por exemplo, o canal de marketing que deve ser utilizado. Estes exemplos ilustram a importância da informação de mercado que precisam os administradores agrícolas (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

2.4.3 Finanças

Além de informações sobre a eficiência da produção e as relações de preços e dados do mercado, devem estar disponíveis as informações sobre recursos para se realizar uma análise adequada da gestão da empresa ou propriedade agrícola (RUSCH; THEIS, 2015).

Geralmente, a aquisição de insumos produtivos como a terra, máquinas, mudas, equipamentos e mão de obra exigem o desembolso de dinheiro. Melhorar a capacidade de trabalho também requer o uso de dinheiro para financiar cursos de formação e outras despesas similares (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

Dessa forma, o campo das finanças e gestão financeira é outra área importante em que o administrador de empresas ou propriedades agrícolas deve ter alguma experiência (BREITENBACH, 2014).

As decisões financeiras são basicamente as relacionadas com a obtenção e uso de fundos para comprar bens e serviços. Por exemplo, a compra de terras com a análise de várias combinações de liquidação da dívida requer uma decisão de gestão financeira. Alternativamente, o compromisso de comprar gado ou contrato de trabalho sazonal inclui um capital de giro, que também se constitui uma decisão de natureza financeira. A capacidade de reembolso para pagar os empréstimos ou

outras dívidas também deve ser incluída nestas decisões (HOFFMANN, 2012).

Para a análise financeira adequada, o administrador do agronegócio deve estar familiarizado com os conceitos e procedimentos de fluxo de caixa para avaliar a capacidade de pagamento, entender a análise de valor presente e a base do desconto sobre análise de investimentos. Finalmente, a capacidade de analisar as demonstrações financeiras e estratégias fiscais também são aspectos importantes da área financeira que o administrador rural deve conhecer (BORGES; GUEDES; CASTRO, 2015).

Em suma, as decisões de produção estão ligadas com perguntas sobre o que produzir e qual a combinação de insumos e uso do produto. Na gestão agrícola, tais decisões devem ser integradas com as decisões sobre onde, quando e como comprar e vender entradas e saídas. Finalmente, deve decidir onde e quando as decisões de produção e comercialização devem ser integradas com as decisões financeiras (THOMAS; ROJO; BRANDALISE, 2015).

Modernas empresas agrícolas operam em um ambiente caracterizado por um dinamismo sem precedentes nas variáveis tecnológicas, socioeconômicas, políticas e fiscais, que estão mudando de forma rápida, e muitas vezes imprevisível. Nesta situação, os agricultores devem pensar cada vez menos como produtores e empresários. Isso porque, como nunca antes, uma administração rural eficiente é um requisito fundamental para a continuidade dos negócios (BREITENBACH, 2014).

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), existem mais de 500 milhões de agricultores familiares nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que produzem comida para alimentar bilhões de pessoas (BORGES; GUEDES; CASTRO, 2015).

Atualmente, há um amplo consenso sobre a importância de agricultura familiar na segurança alimentar, na geração de emprego no setor agrícola, para a redução da pobreza, conservação da biodiversidade e tradições culturais (RUSCH; THEIS, 2015).

A agricultura familiar é a forma de organização de produção agrícola mais importante do mundo, e também a mais sustentável, porque a sua capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais, culturais, políticos, históricos e

econômicos é imensa. No entanto, a sua importância é muitas vezes subestimado nas sociedades modernas (BORGES; GUEDES; CASTRO, 2015).

A agricultura familiar é aquela em que a família detém diretamente uma propriedade e seus membros são a principal força de trabalho, embora possa ocasionalmente empregar mão de obra contratada. Ela geralmente tem um acesso muito limitado à terra e é conhecida como pequenos agricultores (BARBOSA; SOUZA, 2011).

O universo agricultura familiar é muito amplo e heterogêneo. Não só existem diferenças significativas entre a agricultura familiar na França, Espanha, China, Canadá e Brasil, por exemplo, mas também dentro de um mesmo país (RUSCH; THEIS, 2015).

Por isso, uma definição generalizada de agricultura familiar ocorre pela quantidade e qualidade dos ativos disponíveis, das tecnologias utilizadas e do grau de dependência de renda familiar na exploração da terra. Esta definição também deve ser levada em conta na definição de políticas para a agricultura familiar, como elas também devem ser heterogêneas, adaptadas à sua grande diversidade (DAROLT, 2010).

A agricultura familiar é um dos fenômenos que as sociedades ocidentais estão cada vez mais com dificuldade de entender. Isto é devido a muitas razões. Uma delas é que a agricultura familiar está em contradição com a lógica burocrática, protocolos formalizada e lógica industrial, que cada vez mais domina a sociedade. Isso faz com que a agricultura familiar venha a ser considerada como ultrapassada, enquanto ao mesmo tempo surge como algo atraente e sedutor (BARBOSA; SOUZA, 2011).

2.6 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Dentro de um contexto de sustentabilidade global, a agricultura tem uma posição de destaque. O setor agrícola é o maior empregador do mundo, representa a utilização da maior parte de terra do mundo, mas é uma ameaça para os ecossistemas naturais e produz um quarto de gases de efeito estufa mundial. É absolutamente crítica para a segurança alimentar global e é vulnerável às mudanças climáticas (DAROLT, 2012).

Porém, enquanto a produção de alimentos é estimulada, o desgaste de

recursos não renováveis ou produtos químicos agrícolas causam danos ambientais. Através de uma melhor compreensão, ferramentas modernas e equipamentos atualizados, os agricultores já têm a capacidade de manter altos rendimentos, enquanto se importam com o meio ambiente. Hoje é geralmente reconhecida que a agricultura sustentável é uma parte essencial do caminho para o crescimento “verde” (SILVA, 2015).

Sabe-se que a agricultura utiliza recursos naturais como a água e o solo, para fornecer produtos humanos, tais como alimentos e roupas. É uma das atividades mais importantes e sua correta e eficiente aplicação é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país. Atualmente, os países estão conscientes da necessidade de tornar setores agrícolas sustentáveis. A demanda por produtos agrícolas é suscetível de aumentar; de fato, as atuais projeções sugerem que até 2025 haverá mais três mil milhões de pessoas para alimentar e vestir. No entanto, as chances de desenvolvimento sustentável serão cada vez mais longe se não forem revertidos processos de degradação ambiental; principalmente o desmatamento, os incêndios florestais, a degradação do solo, a sobrepesca, a poluição da água e a perda da biodiversidade (PENTEADO, 2010).

A agricultura sustentável é aquela que, no longo prazo, contribui para a melhoria da qualidade ambiental e de recursos básicos sobre os quais a agricultura depende, atende às necessidades básicas de alimentação humana, é economicamente viável e melhora a qualidade de vida do produtor e de toda a sociedade (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

A gestão sustentável dos agroecossistemas é definida por uma combinação equilibrada de tecnologias, políticas e ações, com base em princípios econômicos e considerações ecológicas, a fim de manter ou aumentar os níveis de produção agrícola necessários para atender às crescentes necessidades e aspirações do povo, mas sem degradar o ambiente (PENTEADO, 2010).

As conservações dos recursos produtivas e do meio ambiente são os dois requisitos básicos da agricultura sustentável ecológica variável. O fornecimento de saudável e seguro de sistemas de produção de alimentos a um custo razoável são as dimensões socioeconômicas da agricultura sustentável (BARBOSA; SOUZA, 2011).

Como a abordagem universalmente adotada para o desenvolvimento sustentável, a definição de agricultura sustentável assenta-se em três pilares,

conforme Silva (2015):

- **A dimensão econômica:** agricultura tem de proporcionar ganho financeiro suficiente para os agricultores, permitindo-lhes manter uma vida decente, incentivando a produção e conservação do meio natural ambiente protegido.
- **A dimensão ambiental:** Agricultura deve minimizar o uso de recursos não renováveis, reconstituir os recursos já despendidos, proteger e melhorar o meio ambiente e os recursos naturais.
- **A dimensão social:** A agricultura deve contribuir para as comunidades locais dinâmicas e prósperas, com o desenvolvimento econômico e social, incluindo alimentos saudáveis.

Agricultura e a indústria alimentar são um dos maiores setores da economia mundial e particularmente importante em países pobres. O crescimento da produção agrícola tem sido formidável, apesar de uma queda significativa no número de agricultores, particularmente em economias em desenvolvimento, onde a produção agrícola tem mostrado um aumento impressionante (ZUIN; QUEIROZ, 2006).

A principal tarefa para a agricultura é a produção de alimentos e garantir o abastecimento para atender a demanda de forma sustentável. Sustentabilidade ligada à agricultura implica que os recursos-chave, tais como solo, água e nutrientes não podem ser consumidos indiscriminadamente. Como resultado, as soluções para uma agricultura mais sustentável devem incluir maneiras de usar os recursos de forma mais eficaz (SILVA, 2015).

A produção de alimentos tem de aumentar globalmente cerca de 70 a 100% ao longo da próxima geração, e isso tem de ser alcançado na mesma área de terra e com menos água. As alterações climáticas, as questões energéticas e solos degradados aumentam o desafio. Para a agricultura sustentável, várias questões têm de ser abordadas no cruzamento entre produção de alimentos, água, energia e aquecimento global (RUSCH; THEIS, 2015).

As práticas promovidas para o desenvolvimento da agricultura sustentável são as culturas tradicionais, adubos verdes, rotação de culturas, sistemas de integração agricultura-pecuária e sistemas agroflorestais. Este último tornam-se os agroecossistemas que criam sistemas para a produção de plantas ou animais ou consumo imediato transformável em ecossistemas naturais. Estas técnicas

agroecológicas têm como objetivo melhorar o equilíbrio do fluxo de nutrientes e manter a qualidade do solo, promover a agrobiodiversidade, minimizar o uso de insumos externos e conservar os recursos naturais (BARBOSA; SOUZA, 2011).

A sustentabilidade na agricultura, muitas vezes pode ser melhorada através da combinação de práticas tradicionais com tecnologias modernas, como o plantio simultâneo, bem como a lavoura de conservação. O benefício dessas práticas é que as culturas exploram os recursos diferentes ou interagem uns com os outros, impedindo a erosão e perda de nutrientes (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

2.7 AGRICULTURA ORGÂNICA

O desenvolvimento de uma agricultura eficiente e sustentável, uma população saudável e a conservação dos fundamentos da vida, necessitam privilegiar a opção por uma agricultura que promova práticas e técnicas amigáveis com o meio ambiente, onde os produtos químicos sintéticos, todos tóxicos em maior ou menor grau, estão definitivamente excluídos (SILVA, 2015).

A agricultura orgânica, também chamada biológica, é baseada no cultivo que tira proveito dos recursos naturais, sem recorrer a produtos químicos sintéticos, tais como fertilizantes, pesticidas, antibióticos e outros semelhantes, e a não utilização de organismos que tenham sido geneticamente modificados (SILVA, 2015).

A agricultura biológica é uma forma de produção, com respeito ao meio ambiente para produzir alimentos saudáveis da mais alta qualidade e em quantidade suficiente, usando como modelo a própria natureza, com base nos conhecimentos científicos e técnicos. O desenvolvimento da agricultura orgânica busca a recuperação permanente dos recursos naturais afetados para o benefício da humanidade (PENTEADO, 2010).

A agricultura biológica tem como objetivo proporcionar um ambiente limpo e equilibrado, reforçar a capacidade produtiva e da fertilidade natural do solo, aperfeiçoar a reciclagem de nutrientes, o controle natural de pragas e doenças (DAROLT, 2012).

Desta forma, mais alimentos naturais, saudáveis e nutritivos são produzidos. Além disso, ela ajuda a alcançar uma maior sustentabilidade ambiental,

causando o mínimo impacto no meio. A agricultura orgânica é um sistema de produção que, através de uma gestão racional dos recursos naturais, sem o uso de produtos químicos sintéticos, fornece o alimento seguro e abundante, mantém ou aumenta a fertilidade do solo e da biodiversidade. É o resultado da ação individual dos agricultores apoiados pelo movimento ambiental, contra os riscos inerentes ao uso excessivo, ou mau uso, da aplicação de produtos químicos nas plantações (BORGES; GUEDES; CASTRO, 2015).

Os regulamentos para a produção de alimentos orgânicos enfatizam o uso de técnicas como reciclagem de materiais orgânicos para melhorar a fertilidade do solo, controle biológico de pragas e doenças, e uso de sementes orgânicas para a produção (RUSCH; THEIS, 2015).

De frente para o crescimento sustentado da demanda mundial de produtos de origem orgânica (cereais, batatas, legumes, frutas, carne, leite, entre outros), existe em muitos países um grande potencial para este tipo de produção, uma vez que o nível de utilização de agroquímicos ainda não atingiu valores críticos de contaminação (DAROLT, 2012).

2.8 BANANICULTURA

A banana é uma fruta cercada por uma enorme quantidade de história sobre sua origem, independentemente da fonte, mas o que parece ser claro é a idade desta. Tanto é assim que há teorias que a colocam como o primeiro fruto que existiu na Terra (FIORAVANÇO, 2003).

Acredita-se que sua origem é no Sudeste Asiático, incluindo norte da Índia, Birmânia, Camboja e partes do sul da China, bem como as principais ilhas de Sumatra, Java, Bornéu, as Filipinas e Taiwan (PENTEADO, 2010).

As referências mais antigas relativas ao cultivo de bananas são provenientes da Índia, onde aparecem na poesia épica do Budismo dos anos 500-600 a. C. Outra referência encontrada nos escritos de budistas Jataka, por volta do ano 350 a. C., sugere a existência da banana há 2.000 anos (FEIJÓ, 2011).

Todos os autores parecem concordar que a planta atingiu o Mediterrâneo depois da conquista dos árabes em 650 D.C. Para África foi levada da Índia, através da Arábia, e depois seguiu para a Etiópia, para o norte da Uganda, em aproximadamente 1.300 D.C. A banana foi levado para as Ilhas Canárias pelos

portugueses após 1402 e passou para o Novo Mundo, a partir de uma série de descobrimentos após 1500 (FIORAVANÇO, 2003).

Como alimento, é considerada uma das culturas mais importantes do mundo, ocupando a quarta cultura em importância, depois do arroz, trigo e leite. Bananas são consumidas amplamente nas regiões tropicais, onde são cultivadas em zonas temperadas e é valorizada por seu sabor, alto valor nutritivo e disponibilidade durante todo o ano. Só na África Central e Ocidental é a principal fonte de alimentação de 270 milhões de pessoas (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

Estima-se que as bananas globalmente são cultivadas em uma área de 10 milhões de hectares, que produzem cerca de 84 milhões de toneladas da fruta, dos quais pouco mais de 10% são exportados. Os principais países produtores são a Índia, o Brasil, Equador, Colômbia, Indonésia, Filipinas e China. Na América do Sul, as condições ecológicas favorecem o seu desenvolvimento, sendo o Brasil o maior produtor (RUSCH; THEIS, 2015).

Em relação ao processo produtivo, bananas não crescem a partir de sementes, mas de um bulbo ou rizoma. O tempo entre o plantio e a colheita do cacho é de 9 a 12 meses. A flor aparece no sexto ou sétimo mês. As bananas são colhidas ao longo de todo o ano, não havendo uma estação predominante para o seu crescimento (FIORAVANÇO, 2003).

As bananas são cultivadas em regiões tropicais onde a temperatura média é de 27 °C e a precipitação anual são de entre 78 e 98 polegadas. As plantações não requerem grandes investimentos em infraestrutura, mas atualmente, muita tecnologia está sendo empregada para o transporte, irrigação, drenagem, embalagem e instalações de armazenamento. Produção minifundiários é menos intensivo em capital e mais trabalhoso (PENTEADO, 2010).

O cultivo de bananas envolve a remoção da vegetação da selva, o escoramento de plantas para neutralizar o peso do fruto e irrigação em algumas regiões. Além do uso intensivo de pesticidas, o processo de produção convencional envolve cobrir os cachos com sacos de polietileno para protegê-los do vento, de ataques de insetos e pássaros e para manter a temperatura ideal (MAPA, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo os procedimentos metodológicos a serem utilizados para a realização do estudo.

Segundo Demo (2010, p. 14), pode-se definir método científico da seguinte forma: “[...] refere-se aos pressupostos que fundamentam o modo de pesquisa e os seus pressupostos que são anteriores à coleta de informações na realidade”.

Para Cervo e Bervian (2005, p. 23), o método científico é a “[...] a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado”.

A ciência, desse modo, é um conjunto de técnicas e métodos para organizar o conhecimento sobre a estrutura fenômenos e para torná-los acessíveis a diferentes contextos de interesse (VERGARA, 2009).

As principais características do fazer científico são a objetividade (fatos são tidos como presente na realidade), a racionalidade (parte de princípios científicos e leis) e sistemática (conhecimento ordenada e disciplinada) (DEMO, 2010).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Do ponto de vista dos fins, o estudo desenvolvido pode ser enquadrado como sendo do tipo descritivo, conforme a classificação de Vergara (2009).

As pesquisas descritivas podem ser consideradas como sendo os estudos cujos procedimentos são formais, enquanto os objetivos são claramente estruturados e traçados, focalizando a resolução da situação problema ou oportunidade de estudo (MATTAR, 2011).

Conforme Cervo e Bervian (2005, p. 45-46):

[...] observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano [...]. Desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos.

Dessa forma, a pesquisa se enquadra como descritiva, pois os dados a levantados pelo pesquisador não se encontram em documentos ou outras fontes, e, neste caso, as fontes são os bananicultores do município de Jacinto Machado, SC.

No que se refere aos meios, o estudo é do tipo pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Gil (2002, p. 45) define pesquisa bibliográfica:

Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Na definição de Oliveira (2002, p. 119), pesquisa bibliográfica busca “conhecer as diversas formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”.

Para Lakatos e Marconi (2010), a revisão da literatura deve reunir o maior número de referências a respeito do tema, incluindo artigos, revistas, livros, trabalhos científicos e outras publicações que se encontram no meio eletrônico. Com isso, o pesquisador aproxima-se e conhece o que foi já publicado, favorecendo mais conhecimento e familiaridade a respeito do assunto que ele busca conhecer ou tratar.

Segundo Farias Filho e Arruda Filho (2013, p. 29):

Toda pesquisa acadêmica tem uma pesquisa bibliográfica para que se possa verificar como o tema problema foi tratado em outras experiências, para verificar que evolução conceitual e/ou metodológica pode ter ocorrido com os estudos já realizados. No entanto, quando a finalidade (objetivo geral) do estudo é compreender essa evolução, então se trata de uma pesquisa cujas fontes de dados e/ou informações são exclusivamente a bibliografia publicada sobre o tema, então a pesquisa bibliográfica é meio e fim. Portanto, exige um duplo cuidado, pois é da própria bibliografia consultada que sairão respostas para as questões de pesquisa e que se alcançarão os objetivos da pesquisa. Ela é meio, porque permite se chegar até a base teórica, é fim, porque é por meio dela que serão retirados os dados e/ou informações para serem analisados como forma de apresentar resultados.

No Quadro 1, são apresentados os assuntos, os autores e os temas que foram abordados na revisão da literatura ou pesquisa bibliográfica a ser desenvolvida, visando embasar o estudo, principalmente sobre Agricultura, Administração Rural e Bananicultura.

Quadro 1 - Referencial teórico da pesquisa bibliográfica.

Assuntos	Autores	Temas abordados
Agricultura	Bastos et al (2015), Feijó (2011); Hoffmann (2012); Santos, Marion e Segatti (2009); Penteado (2010); Rusch e Theis (2015), entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> - Definição - História - Importância - Agricultura no Brasil - Agricultura familiar - Agricultura sustentável - Agricultura orgânica - Atualidades
Administração Rural	Bastos et al (2015), Chiavenato (2003); Feijó (2011); Hoffmann (2012); Maximiliano (2014); Santos, Marion e Segatti (2009); Oliveira (2012); Penteado (2010); Rusch e Theis (2015), entre outros	<ul style="list-style-type: none"> - Definição - Funções do administrador rural - Importância - Inter-relação com outras áreas administrativas - Recursos da empresa agrícola
Bananicultura	Bastos et al (2015), Feijó (2011); Fioravanço (2003); Hoffmann (2012); Santos, Penteado (2010); MAPA (2016); Marion e Segatti (2009); entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> - Definição - Origens - Nutrientes do fruto - Áreas cultivadas no Brasil e em Santa Catarina - Destino da produção - Cultivo - Processo produtivo

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Em relação à pesquisa de campo, de acordo com Barros e Lehfeld (2010), neste tipo de estudo o pesquisador possui a função de explorar e observar, os fenômenos diretamente no campo (local) onde os mesmos surgem, acontece ou têm origem. A pesquisa de campo, na verdade, caracteriza-se pelo contato direto com o fenômeno que se encontra em estudo.

Este tipo de pesquisa requer que o pesquisador siga algumas etapas, conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 64):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá como primeiro passo para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa. Em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, devem-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Por último, antes que se realize a coleta de dados é preciso estabelecer tanto as técnicas de registro desses dados como as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior.

A partir desta definição, a pesquisa será de campo, tendo em vista que os dados foram coletados pelo pesquisador no local onde os mesmos são originados, ou seja, diretamente junto aos bananicultores de Jacinto Machado - SC.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO E AMOSTRA

O estudo será desenvolvido no município de Jacinto Machado, SC, envolvendo a população de bananicultores local. De acordo com Diehl (2006, p. 16) a população pode ser entendida como:

[...] um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar. A população pode ser formada por pessoas, famílias, empresas, ou qualquer outro tipo de elemento, conforme os objetivos da pesquisa.

Com base neste universo, na amostra foram envolvidos no estudo os produtores rurais filiados à Associação de Bananicultores de Jacinto Machado, que perfazem o total de 118 associados.

A amostra “[...] é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, um subconjunto do universo” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 83).

O estudo de campo envolveu o total de 30 dias, especificamente de 1º a 30 de agosto de 2016. A extensão da pesquisa abrangeu os bananicultores de Jacinto Machado – SC. Já a unidade de amostragem foram todos os 118 filiados à Associação de Bananicultores do município, enquanto o elemento foi o produtor rural que se dedica a esta cultura.

A estruturação dos dados para a coleta de informações relativas à pesquisa de campo pode ser encontrada no Quadro 2.

Quadro 2: Estruturação da coleta de dados na população-alvo.

Objetivo	Período	Extensão	Unidade de Amostragem	Elemento
Identificar os desafios e oportunidades da produção de banana no município de Jacinto Machado, SC.	1º a 30 de agosto de 2016	Bananicultores de Jacinto Machado - SC	118 filiados à Associação de Bananicultores de Jacinto Machado - SC	Bananicultor

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Devido ao fato da pesquisa envolver todo o universo considerado, a pesquisa não considera a necessidade de cálculo amostral, assumindo a característica de pesquisa censitária (censo). Conforme Diehl (2006), nos casos de pesquisas em que se pode cobrir todo o universo considerado, a técnica recomendada é o censo.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa de campo realizada, os dados considerados foram do tipo de dados primários.

Conforme Michel (2009, p. 65), por dados primários, entende-se:

[...] dados coletados, em primeira mão, como pesquisa de campo, testemunho oral, depoimentos, entrevistas, questionários, laboratórios, conferências gravadas etc. Neste caso, deve-se procurar manter absoluta fidelidade às mensagens, opiniões, fatos observados e colocações feitas.

Para a coleta dos dados primários, o pesquisador utilizou um questionário, que, conforme Cervo e Bervian (2005, p. 48), é “[...] um instrumento em que há um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central”.

O questionário aplicado foi do tipo estruturado, que segundo Andrade (2010, p. 135):

[...] consiste em fazer uma série de perguntas a um informante, segundo um roteiro preestabelecido. Esse roteiro pode ser um formulário que será aplicado da mesma forma a todos os informantes, para que se obtenham respostas às mesmas perguntas. O teor e a ordem das perguntas não devem ser alterados, a fim de que se possam comparar as diferenças entre as respostas dos vários informantes, o que não seria possível se as perguntas fossem modificadas ou sua ordem alterada.

Além disso, o questionário aplicado foi composto predominantemente por perguntas fechadas. Este tipo de questão, segundo Andrade (2010, p. 52) “são aquelas que indicam três ou quatro opções de resposta ou se limitam à resposta afirmativa ou negativa, e já trazem espaços destinados à marcação da escolha”.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Devido à pesquisa considerar um questionário estruturado com perguntas fechadas, foi utilizada a abordagem quantitativa para a análise dos resultados.

Sobre a abordagem quantitativa, Oliveira (1999, 115) afirma:

Quantificar opiniões, dados, nas formas de coletas de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples, como percentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. O método quantitativo é muito utilizado no desenvolvimento de pesquisas descritivas, na qual se procura descobrir e classificar a

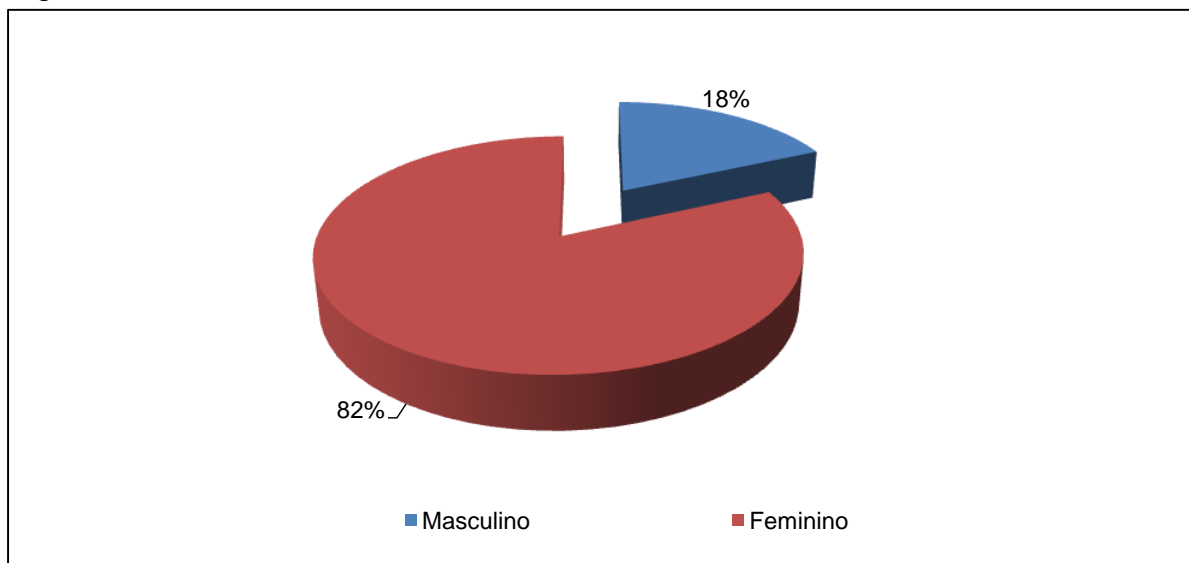
relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos: causa e efeito. É uma forma de garantir a precisão dos resultados, e evitando com isso distorções de análise e interpretações.

Neste tipo de análise, ou seja, na abordagem quantitativa, representam-se os resultados através de medição ou cálculo estatístico, que forma representada por gráficos (ANDRADE, 2010).

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Os gráficos a seguir demonstram os resultados obtidos na pesquisa, visando cumprir os objetivos pretendidos no estudo.

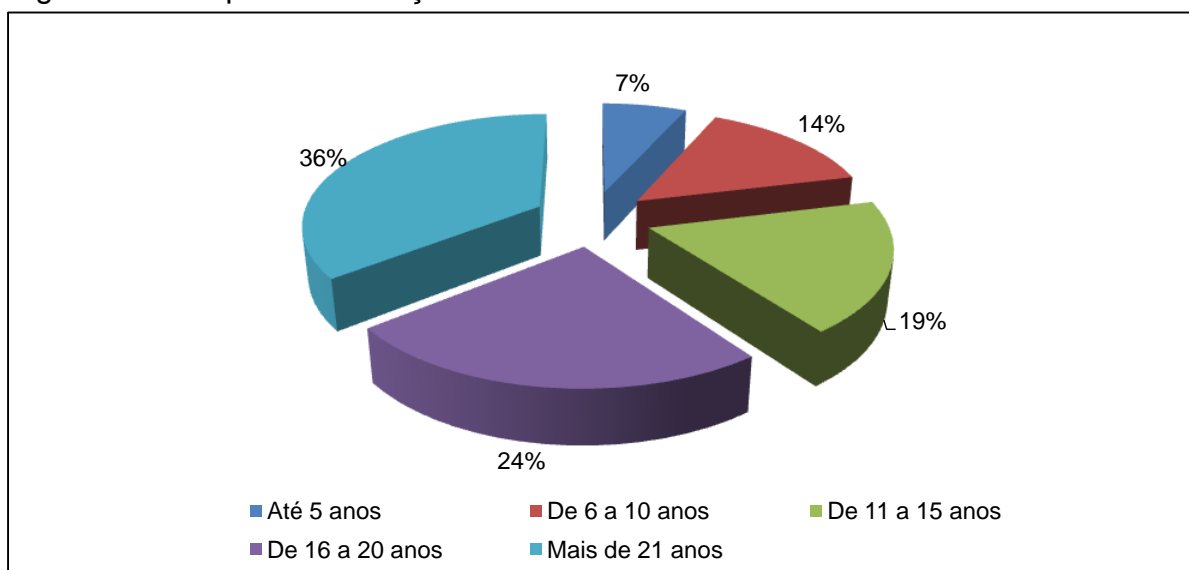
Figura 1 – Gênero dos bananicultores



Fonte: Dados do pesquisador (2016)

Os dados da Figura 1 indicam que a maioria dos produtores de banana no município de Jacinto Machado são homens, verificado em 82% da amostra, enquanto 18% são de mulheres.

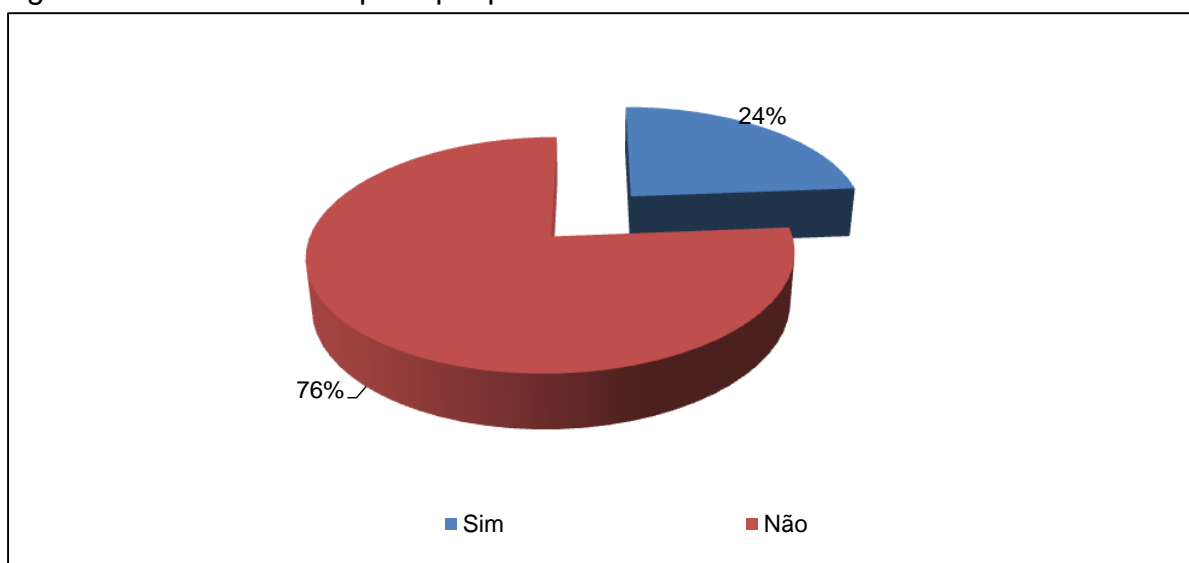
Figura 2 – Tempo de dedicação à cultura



Fonte: Dados do pesquisador (2016)

Pelos dados da Figura 2 pode-se verificar que se destacam os agricultores que têm mais tempo de dedicação à cultura, tendo em vista que 36%, ou seja, a maioria tem mais de 21 anos no cultivo da fruta, enquanto 24% atuam de 16 a 20 anos; 19% de 11 a 15 anos; 14% com atuação entre 6 a 10 anos e 7% com tempo de até 5 anos na cultura.

Figura 3 – Banana como principal produto cultivado

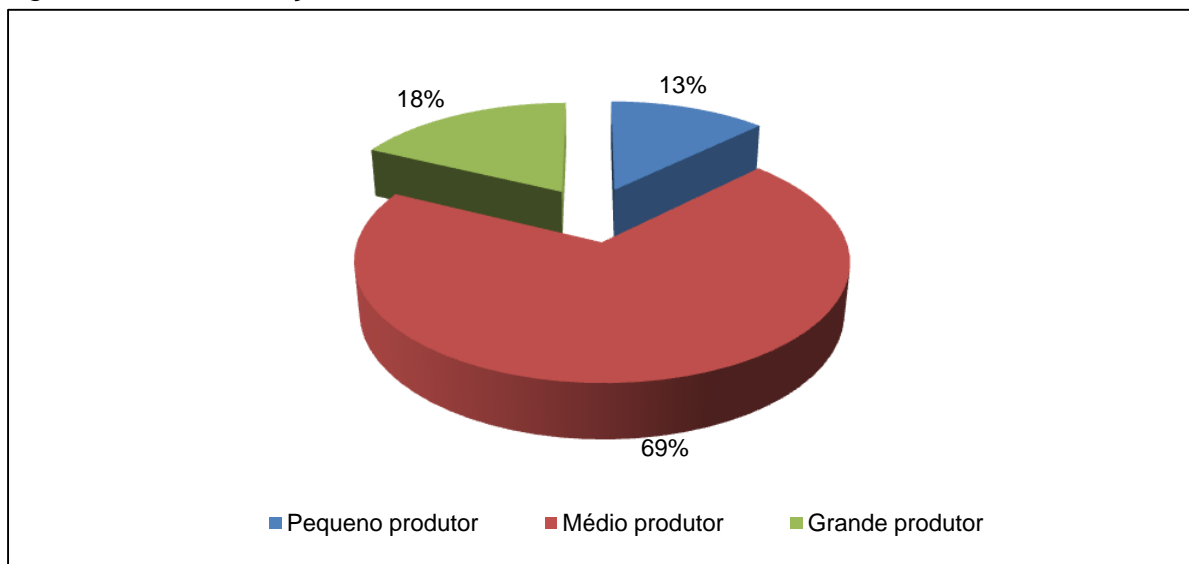


Fonte: Dados do pesquisador (2016)

Os dados da Figura 3 revelam que a banana não é o principal cultivar dos agricultores da amostra, tendo em vista que 76% afirmaram dedicar-se ao cultivo de

outros produtos, enquanto 24% dedicam-se exclusivamente à produção de banana. Ressalta-se que o arroz foi o produto agrícola que mais se destacou perante a amostra, que é cultivado em paralelo à banana, seguido pelo fumo e milho.

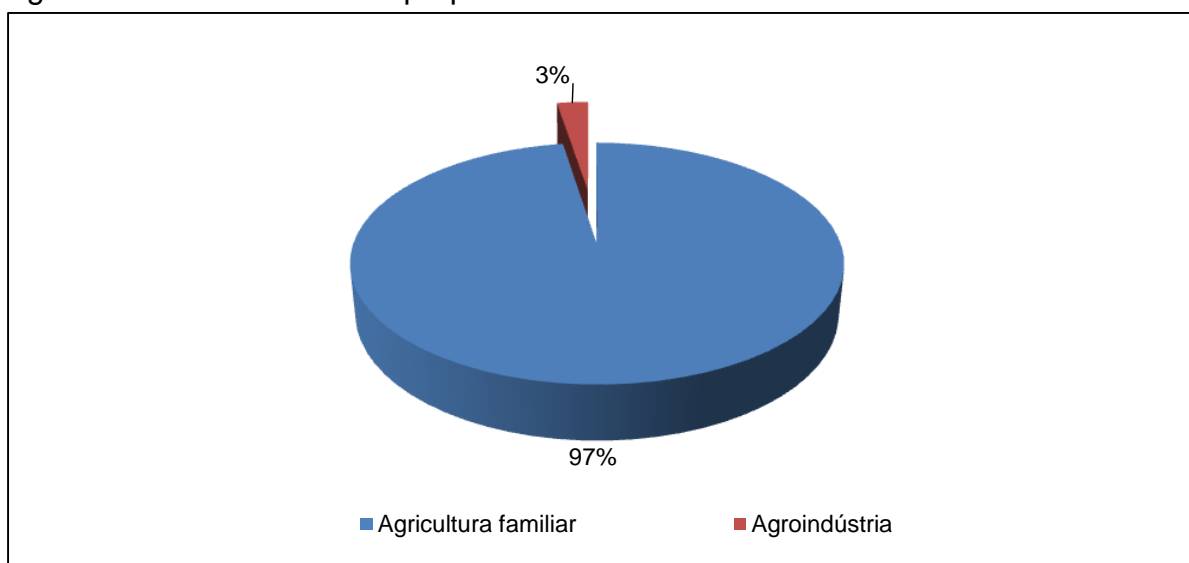
Figura 4 – Classificação do bananicultor



Fonte: Dados do pesquisador (2016)

A maioria da amostra é de agricultores de médio porte, evidenciado em 69% dos casos, enquanto 18% são grandes produtores. Também se destacam 13% que afirmaram serem produtores de pequeno porte.

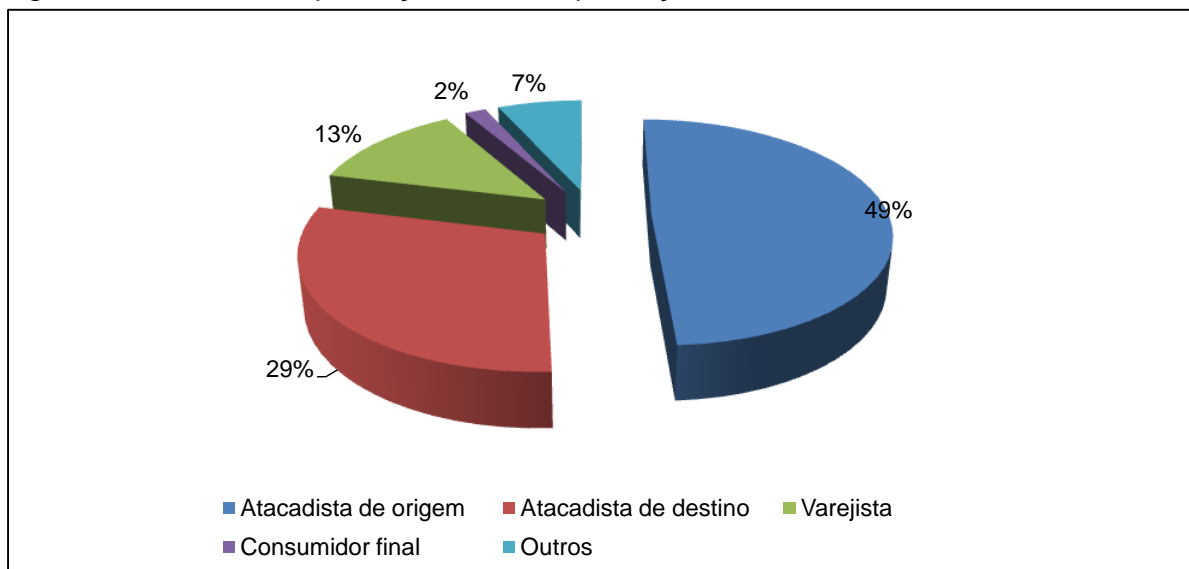
Figura 5 – Característica da propriedade



Fonte: Dados do pesquisador (2016)

Em relação à característica da propriedade, verifica-se que a maioria é de agricultores familiares, expresso por 97% da amostra, enquanto 3% dos bananicultores atuam no regime de agroindústria.

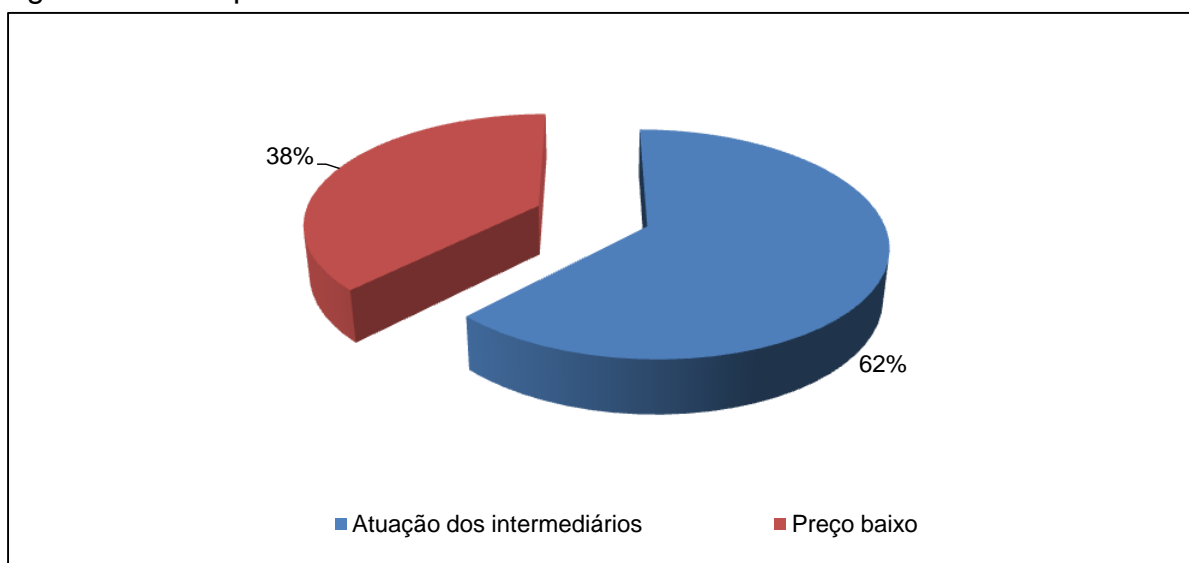
Figura 6 – Destino da produção da fruta/produção



Fonte: Dados do pesquisador (2016)

No que se refere ao destino da produção, identifica-se que a maioria dos agricultores repassa a safra para os atacadistas de origem, os também denominados atravessadores ou intermediários (geralmente pessoas físicas), verificado em 49% dos casos, seguidos por 29% cuja produção é vendida para os atacadistas de origem (empresa que geralmente adquire a produção de forma direta com o produtor). Em 13% dos casos, a produção é vendida aos varejistas (supermercados, na maioria das vezes), enquanto 7% vendem para outros clientes (como fábricas de doces, balas). Em 2% das ocorrências, o principal mercado é o consumidor final, neste caso, em feiras livres.

Figura 7 – Principal dificuldade encontrada na atividade



Fonte: Dados do pesquisador (2016)

Em relação ao principal problema ou dificuldade encontrada na atividade de produção de bananas, identifica-se que a atuação dos intermediários é a mais referida, sendo mencionada por 62% dos bananicultores, enquanto 38% mencionaram que o principal problema é relacionado com os preços do produto, muitas vezes desvalorizado.

5 CONCLUSÃO

Identificar os desafios e oportunidades da produção de banana no município de Jacinto Machado, SC.

Em relação aos desafios, pode-se constatar que os agricultores possuem a bananicultura como uma cultura paralela em sua atuação, tendo em vista que a maioria se dedica principalmente ao cultivo do arroz. Além disso, por exercerem a agricultura familiar, acredita-se que possuem dificuldades para a gestão dos riscos associados à atividade, tais como dificuldades de contratarem crédito, êxodo de familiares para a zona urbana, entre outros, mesmo sendo agricultores de médio porte.

Outro desafio relatado é o destino da produção, tendo em vista que a maioria dos agricultores repassa a safra para os atacadistas de origem, os também denominados atravessadores, sendo este o principal problema ou dificuldade encontrada.

Contudo, a facilidade do manejo da cultura, bem como por estarem em uma área privilegiada para o cultivo desta planta minimizam em parte os desafios encontrados. No entanto, há de haver estratégias entre os bananicultores, bem como as associações locais para atuarem em busca de solução para os desafios e dificuldades encontradas, sobretudo à relacionada à atuação dos atravessadores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BARBOSA, Fabiano Alvim; SOUZA, Rafahel Carvalho. **Administração de fazendas de bovinos - leite e corte**. 2. ed. Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas, 2011.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEFHELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2010.
- BASTOS, Rosária Cal. et al. Queremos Ficar no Meio Rural, Mas Como? **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, v. 5, n. 2, p. 147-164, 2015.
- BORGES, Mauricio Silva; GUEDES, Carlos Augusto Miranda; CASTRO, Maria Cristina Drumond e. A gestão do empreendimento rural: um estudo a partir de um programa de transferência de tecnologia para pequenos produtores. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 141-156, 2015.
- BREITENBACH, Raquel. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, v. 2, n. 2, p. 714-731, 2014.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- DIEHL, Astor. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- FIORAVANÇO, João Caetano. Mercado mundial da banana: produção, comércio e participação brasileira. **Informações Econômicas**, SP, v.33, n.10, out. 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Administração da empresa agrícola**. São Paulo:

Pioneiro, 2012.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 134-153, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LICHTENBERG, Luiz Alberto; LICHTENBERG, Paulo dos Santos Faria. Avanços na bananicultura brasileira. **Rev. Bras. Frutic., Jaboticabal** - SP, Volume Especial, E. 029-036, Outubro 2011.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mercado interno**. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/mercado-interno>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração: edição compacta**. 2. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Fruticultura orgânica: formação e condução**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2010.

RUSCH, Fernando; THEIS, Iara. Agricultura familiar no cenário mesorregional: um novo contexto agrícola no desenvolvimento rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 3, p. 318-335, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**: Jacinto Machado. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SILVA, Eulinor Pereira da. **Sistema agroindustrial de origem vegetal** : livro didático. Palhoça: Virtual, 2015.

THOMAS, Jorge André; ROJO, Cláudio Antônio; BRANDALISE, Loreni Teresinha. Reorganização Financeira de uma Empresa Rural Familiar. **Revista Tecnologias de Administração e Contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2015.

ZUIN, Luiz Fernando Soareas; QUEIROZ, Timóteo Ramos. **Agronegócio**: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.